



ELEIÇÕES

Tebet enfrenta entraves à aliança com o PSDB

Formação da chapa da terceira via — com a senadora para presidente da República e o senador Tasso Jereissati, como vice — encara obstáculos no Rio Grande do Sul, em Pernambuco e em Mato Grosso do Sul

» RAPHAEL FELICE
» VICTOR CORREIA

ASCOM/Simone Tebet



Depois de ser cotado para vice na chapa de Tebet, Eduardo Leite deve buscar a recondução ao Palácio Piratini

O MDB e o PSDB se mobilizam no Rio Grande do Sul para lançar o ex-governador tucano Eduardo Leite à reeleição. A senadora e pré-candidata ao Planalto Simone Tebet (MDB) tinha viagem marcada, ontem, ao estado para tentar convencer a ala de seu partido que resiste ao acordo, porque quer um nome da própria da sigla ao cargo estadual: Gabriel Souza. A parlamentar, no entanto, teve de cancelar o encontro devido à morte do sogro.

A união é vista como estratégica por ambas as siglas. Na quarta-feira, o PSDB condicionou o apoio à candidatura de Tebet à cabeça de chapa ao governo de três estados: Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Mas, segundo fontes do MDB ouvidas pelo **Correio**, o verdadeiro interesse tucano é em terras gaúchas, pois não há o que negociar em Mato Grosso do Sul, e Pernambuco foi escolhido apenas para “dar volume”.

No Rio Grande do Sul, o líder das pesquisas ao governo do estado é o ex-ministro bolsorista Onyx Lorenzoni (PL). De acordo com o levantamento RealTime BigData, divulgado na semana passada, ele aparece com 23% das intenções de voto. Há um porém aí: Lorenzoni é o primeiro colocado no cenário sem Eduardo Leite, que não confirmou se concorrerá ao cargo.

Com o ex-governador na disputa, o panorama muda. O tucano alcança 23% dos votos, de acordo com a mesma pesquisa, enquanto Lorenzoni cai para 20%. A intenção do PSDB, portanto, é lançar Leite com o apoio do partido mais forte do estado, o MDB.

Por sua vez, o MDB está disposto a negociar o palanque. “Acho que não é algo que vai

“Convergência”

Na quarta-feira, o presidente do PSDB, Bruno Araújo, informou ao presidente do MDB, Baleia Rossi, que o senador Tasso Jereissati (CE) é o nome de “convergência” da legenda tucana para ser o vice em uma chapa presidencial encabeçada pela também senadora Simone Tebet (MDB-MS). Os líderes dos dois partidos avançaram nas discussões sobre uma aliança na eleição para o Palácio do Planalto. Mas a chapa só deve ser anunciada após acordos em Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

acontecer da noite para o dia. O nosso pré-candidato a governador, Gabriel (Souza) (...), tem todas as condições de disputar o cargo. Essa é uma decisão dos

companheiros do Rio Grande do Sul, mas (Souza) já foi um bom parceiro de Eduardo Leite”, disse, ontem, o presidente nacional do MDB e deputado federal,

Baleia Rossi (SP). “Nós vamos pedir diálogo para que possamos sentar à mesa, mas, claro, respeitando a grandeza do MDB no Rio Grande do Sul.”

O que trava o acordo, no momento, é a velha guarda do MDB gaúcho — segundo membros da campanha da sigla —, que é reticente a um acordo com o PSDB e defende candidatura própria. Simone Tebet foi escalada para as negociações.

Dentro do MDB, o entendimento é de que o acordo com o PSDB no Rio Grande do Sul é crucial. “Há sintonia entre as siglas e

ambas podem sair ganhando, já que Eduardo Leite tem um certo favoritismo, e o MDB é o maior partido”, afirmou ao **Correio** uma fonte próxima à campanha.

A analogia é de que Leite é o melhor piloto para a corrida ao governo gaúcho. O MDB, por sua vez, apresenta o melhor carro, mas, historicamente, tende a impulsionar os seus pilotos, mesmo não sendo eles os favoritos. O acordo, se ocorrer, cria uma chapa muito competitiva, para um estado fortemente disputado pelos presidenciáveis no momento (veja reportagem abaixo).

Sem acordo

Já em relação a Mato Grosso do Sul, reduto de Tebet, o MDB deixa claro que não há possibilidade de acordo por lá. O PSDB quer emplacar a candidatura de Eduardo Riedel e pede a desistência do ex-governador do estado André Puccinelli (MDB).

Os tucanos têm apoio de uma ala importante do MDB sul-mato-grossense. O deputado estadual Eduardo Rocha é secretário de governo do PSDB no estado. A outra vertente, liderada por Puccinelli, defende candidatura própria.

De acordo com a campanha do MDB, porém, “nem há o que se negociar”. Os tucanos poderiam ter aberto espaço, no passado, para a candidatura de Puccinelli ao Senado pelo estado, mas foi feito acordo para respaldar a ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina (PP) ao cargo. Os emedebistas defendem o diálogo, mas veem pouca chance de o acerto acontecer.

Em Pernambuco, a situação é mais simples. “O MDB é aliado histórico do PSB lá; o PSDB, não. O PSDB sabe disso, só citou Pernambuco nas negociações para ‘dar volume’”, sustentou uma fonte emedebista. Os tucanos cobram aval à ex-prefeita de Caruaru Raquel Lyra. A aliança, porém, é com o deputado federal Danilo Cabral (PSB), por mais que Lyra esteja mais bem colocada nas pesquisas.

Minas Gerais foi o último estado a ser colocado na mesa de negociação, porém não há conflito. Nenhum dos dois partidos tem pré-candidatos competitivos, e eles não são rivais no estado. O MDB tem o ex-prefeito de Uberaba Paulo Piau, enquanto o PSDB sustenta o nome do ex-deputado federal Marcus Pestana. A princípio, não há nada que impeça o acordo.

Lula tenta reparar dano com tucanos

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez um novo afago ao PSDB, após dizer, na terça-feira, que o partido “acabou”. Ao falar da rivalidade que travou com Geraldo Alckmin (PSB) na época em que o ex-governador paulista era filiado à sigla, o petista ressaltou que ambos trocavam críticas como “amigos que jogam bola”.

“Não é que Alckmin não me criticasse ou eu não o criticasse. A gente fazia as críticas como amigos que jogam bola. A gente dá botinada, a gente pisa no pé, chuta a canela, mas a gente continua sendo civilizado e continua conversando”, afirmou, ontem, durante evento com figuras do setor da cultura no Rio Grande do Sul. Alckmin hoje é pré-candidato a vice de Lula.

Na quarta, o ex-presidente também acenou ao partido ao dizer que o país era “feliz” quando a principal polarização do cenário político brasileiro acontecia entre PT e PSDB. Os afagos são uma forma de o petista reverter

o mal-estar que se instalou entre os tucanos após a declaração sobre a sigla ter acabado. Lula tenta angariar apoio de quadros do partido, no primeiro turno, à sua candidatura.

No mesmo evento, Lula defendeu que os ministros do Supremo Tribunal Federal devem evitar manifestações pela imprensa sobre casos que estão sendo julgados pela Corte. “O STF tem de apenas ser o guardião da Constituição. Não pode ficar fazendo discurso e dando voto pela imprensa. O voto tem de ser dado pelos autos do processo”, criticou.

Lula voltou a dizer que é preciso recuperar a “normalidade das nossas instituições”, ao reprovar a atuação do Ministério Público na Operação Lava Jato e o uso das chamadas emendas de relator, que deram origem ao orçamento secreto. O mecanismo é usado pelo Executivo para angariar apoio de parlamentares.

“Vamos ter de recuperar a normalidade das nossas instituições. O Congresso tem de voltar

Silvio Avila / AFP



a legislar, o Ministério Público tem que voltar a cumprir seu papel de ser mais responsável”, enfatizou o ex-presidente. “O Congresso Nacional não tem de ter orçamento próprio para o relator. Quem tem de cuidar do orçamento é o Poder Executivo. Este país tem de voltar à normalidade”, acrescentou.

Lula também comentou a alta do Produto Interno Bruto (PIB) e afirmou que a elevação não se reflete no aumento de salário ou na maior geração de empregos. De acordo com o petista, os dados podem revelar apenas “acúmulo de riqueza” para o empresário brasileiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), o PIB cresceu 1% no primeiro trimestre, na comparação com os últimos três meses de 2021 (leia reportagem na página 7).

“Quando o PIB cresce, você não recebe aumento de salário porque o PIB cresceu. Nem sempre que o PIB crescer significa que gerou mais

Lula em Porto Alegre: ex-presidente disse que rixa com Alckmin no PSDB era de “amigos que jogam bola”

emprego. Às vezes, nós temos certeza de que gerou acúmulo de riqueza em quem é empresário neste país”, disse, durante debate sobre cooperativismo também em Porto Alegre. “Agora, quando o PIB não cresce, você pode ter certeza de que o trabalhador perde. Quando ele cresce, a gente não tem certeza de quem ganha, mas quando não cresce, a gente tem certeza de que vem para as costas do trabalhador.”

Na linha de destacar políticas econômicas que vigoraram durante suas gestões na Presidência, Lula frisou que no seu governo o salário mínimo era reajustado pela inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais a variação do PIB de dois anos antes. “Aí você estava dando o aumento do PIB para o trabalhador”, acrescentou.

O governo de Jair Bolsonaro (PL) tem optado por dar apenas o reajuste pela inflação, garantido pela Constituição, devido à situação delicada das contas públicas.